



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680061 - SP (2021/0218749-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUANA BARBOSA OLIVEIRA - MG134138
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : NICOLAS EDER ALVES DE MOURA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de NICOLAS EDER ALVES DE MOURA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1520565-42.2019.8.26.0228).

O paciente foi condenado às penas de 2 anos e 6 meses de reclusão em regime aberto e de 250 dias-multa, pela prática de tráfico de drogas, na forma privilegiada, crime previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal, pois entende que seria caso de aplicação do percentual máximo de redução pelo privilégio e também de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Requer, liminarmente, a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para alterar o patamar de redução para 2/3 pelo privilégio e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente